



EDUCAÇÃO

V.8 • N.2 • Março - 2020

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n2p47-66

ODIADOS PELA NAÇÃO: COMO ENSIAMOS E APRENDEMOS A ODIAR A DIFERENÇA?

HATED IN THE NATION:
HOW DO WE TEACH LEARN TO HATE THE DIFFERENCE?

ODIO NACIONAL:
CÓMO ENSEÑAMOS Y APREDEMOS A ODIAR LA DIFERENCIA?

Felipe da Silva Ponte de Carvalho¹
Fernando Pocahy²

DOSSIÊ:

“CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA CIBERCULTURA: MODOS DE CONHECER, PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE E REDES EDUCATIVAS”

RESUMO

Odiados pela nação é um dos episódios da série *Black Mirrore* a partir dele analisamos como se produzem formas de aprender-ensinar a odiar outrx² em nosso tempo. Nesta pesquisa-cartográfica problematizamos reflexões sobre acontecimentos que compõem a ambiência de guerra de ódio à diferença, por meio de rastros³ na arquitetura líquida da cibercultura. Com isso traçamos algo das redes (de) formativas que servem de incubadoras para promoção de atos de ódio. Como resultado, destacamos linhas de discursos expandidos; a liberdade privilegiada; a patrulha letalizadora; modos cotidianos de dominação da vida; e as formas de autorização e legitimação do ódio.

PALAVRAS-CHAVE

Ódio em Rede. Cartografias Ciberculturais. (De) formação.

² Estamos usando o “x” como forma de desobediência às inflexões de gênero binárias. Com isso, desejamos operar em consonância aqueles que não desejam ser interpeladxs sob qualquer forma de operação linguística de gênero.

³ Por questões éticas, destacamos que os dados analisados nesta presente pesquisa estão disponíveis em interfaces digitais de forma pública e de amplo acesso.

ABSTRACT

Hated in the Nation” is one of the episodes of the Black Mirror series and from it we analyze how ways of learning-teaching to hate others in our time are produced. In this cartographic research we problematize reflections on events that make up the atmosphere of war of hatred of difference, through traces in the liquid architecture of cyberculture. With that we trace something of the formative networks (of) that serve as incubators for the promotion of acts of hatred. As a result, we highlight expanded discourse lines; the privileged freedom; the lethal patrol; daily modes of domination of life; and the forms of authorization and legitimization of hatred.

KEYWORDS

Hate in network. Cartographies of cyberculture. (De)formation.

RESUMEN

Hated in the Nation” es uno de los episodios de la serie Black Mirror y a partir de él analizamos cómo se producen formas de aprender-enseñar a odiar otra persona en nuestro tiempo. En esta investigación-cartográfica problematizamos reflexiones sobre acontecimientos que componen el ambiente de guerra de odio a la diferencia, a través de rastros en la arquitectura líquida de la cibercultura. Con eso, trazamos algo de las redes (de)formativas que sirven de incubadoras para promoción de actos de odio. Como resultado, destacamos líneas de discursos ampliados; la libertad privilegiada; la patrulla letalizadora; modos cotidianos de dominación de la vida; y las formas de autorización y legitimación del odio.

PALABRAS CLAVES

Odio en red. Cartografías ciberculturales. (De)formación.

1 ODIADOS PELA NAÇÃO OU HATED IN THE NATION: ABELHAS DESEJANTES FASCISTAS EM REDE

O seriado *Black Mirror*, criado por Charlie Brooker em 2011, é inspirado em uma sociedade distópica. Atualmente na 4ª Temporada é composto por episódios com temáticas e personagens variados que não são continuções dos anteriores. Para esta pesquisa, trouxemos o episódio *Hated in the Nation* ou *Odiados pela Nação* para nos ajudar a analisar como aprendemos e ensinamos a odiar x outx em múltiplas ambiências híbridas formativas (RIBEIRO; SANTOS; CARVALHO, 2018), tais como: redes sociais digitais, grupos e páginas on-line, movimentos sociais, música, discursos políticos... Nossa

aposta é que essas ambiências contribuem para novos modos emergentes de ser, estar, tornar-se e habitar a contemporaneidade, evidenciando tensionamentos ético-estético-políticos dos/ com/ nos cotidianos das sociedades ciberculturais.

Em *Hated in the Nation* ou Odiados pela Nação pessoas são mortas por ataques de abelhas-robôs que partem de escolhas e partilhas de usuárixs on-line, xs quais publicam por meio da *hashtag* #mor-teaalguem; a pessoa mais votada, isto é, aquela que teve maior número de menção com a *hashtag* passa então a ser alvo de aniquilação pelos insetos-robôs. Pessoas matando pessoas por conta de afeções de ódio, decidindo quais vidas devem ou não viver.

A vítima pode ser qualquer um/a, inclusive as próprias pessoas que partilham a *hashtag*. Nossa leitura sobre esse episódio, uma das leituras possíveis, é de que enunciados de ódio ganham força e forma – constituindo-se em uma rede discursiva – por meio de determinadas práticas ciberculturais que estabelecem a conexão do desejo de norma e pânico às possibilidades de diferenciação (possíveis no jogo⁴ da produção e experimentação de práticas de liberdade – isto é, o modo ético de agir, segundo os termos foucaultianos).

A pronta possibilidade de adesão dos sujeitos a certos modos de ser e habitar o mundo, “garantidos” por uma sorte de normopatia partilhável (intensamente marcada em pedagogias imagéticas, isto é, formas de governar o/a outro/a pela imagem, como enunciado sintético da vida e de sintaxe de privilégios), oferecem as condições para um assentimento da desumanização do outro, ali onde a vida (na diferença) se torna letal (POCAHY, 2018).

Algo nesse sentido podemos aproximar a práticas de deputados e de senadores da bancada da bíblia, bala e boi (BBB), páginas e movimentos on-line (ultra)neoconservadores, como Movimento Contra a Corrupção (MCC), Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados On-line, Bolsonaro Opressor 2.0, O Antagonista e Escola Sem Partido (ESP) como milícias que atuam em rede, promovendo o discurso de ódio as diferenças, como abelhas desejantes da norma, operada em pedagogias fascistas – a tentar governar x outrx por meio da imposição de seus desejos, suas paixões (patho) tristes.

Arriscamos aproximar esses arranjos políticos (parlamentares) à ideia de abelhas atuando em redes (de)formativas que fomentam, antes de tudo, afeções para o contágio do ódio face ao processo de diferir (e diferir aqui pode significar expor privilégios que mantém a estabilidade da uma posição de sujeito – a noção “idealizada” da identidade, o que idêntico fica). Nos aproximamos assim da ideia de que a partilha da negação dx outrx é uma das práticas cotidianas do continuado estreitamento da democracia e corrosão das balizas éticas.

Para Guattari (1981, p. 188) micropolíticas fascistas encontram-se: “por toda parte, a máquina totalitária experimenta estruturas que melhor se adaptem à situação: isto é, mais adequadas para captar o desejo e colocá-lo a serviço da economia de lucro”; elas dão-se nas práticas das relações cotidianas, onde as abelhas desejantes fascistas não param de cessar a pulverização do afeto e do discurso de ódio, são abelhas que estão acopladas a colmeias complexas juntas com outras colmeias,

4 Foucault (2006, p. 282) salienta que a palavra “jogo” se refere “a um conjunto de regras de produção da verdade. Não um jogo no sentido de imitar ou de representar; é um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda”.

como sujeitos que trabalham para a manutenção do discurso (abelhas operárias) que alucina privilégios e distinções aqueles/àquelas que se esforçam para um determinado projeto de sociedade/colmeia paradoxalmente instituída no modo indivíduo e não coletivo.

Elas estão espalhadas por todos os lugares – ruas, escolas, famílias, igrejas, partidos políticos, redes digitais, movimentos sociais etc. –, são insetos de morte do tempo presente que pulsam seus desejos dentro, fora e por meio de nós (dentro-fora). Isso se aproxima em certa maneira daquilo que Rolnik (1997) chamava de toxincômanos de identidade, para referir-se ao desejo de permanecer o/a mesmo/a. Elas tornam as pessoas vigilantes da moral, fanáticas, com sede em eliminar ou excluir todas as existências que não se aproximam de uma determinada norma; isto é, desejando a norma e/ou o desejo do Estado (BUTLER, 2016).

E aqui sustenta-se a aposta de que políticas de governo ou de estado se constituem em práticas de subjetivação (POCAHY, 2016). E por isso não estamos localizando a noção de operários/as desses discursos como servos/as de um poder centralizado, mas como posições de sujeito que são contingenciadas e forjadas no âmbito de determinados jogo das relações de poder em uma determinada época e lugar, balizados por uma episteme e razão de Estado – esse “estado de produção das coisas – de um modo de pensar agir no mundo e para o mundo” é aqui entendido como a racionalidade ultraneoliberal.

O ódio dessas abelhas – ou o desejo de se tornarem ou manterem-se operárias desse discurso – é já em si marcado pelo fascismo, é cultivado no seio de nossa sociedade colonizadora, patriarcal, machista, racista, LGBTi+fóbica, tornando-se marca de nossa cultura, que nos afeta e nos atravessa por muitas formas de violência. Isto é, o ferrão da intolerância, violência que desqualifica e injúria, no extremo, elimina a existência (física) dx outrx. Ódio ensinado-aprendido em múltiplas ambiências. Essas condutas se aproximam aqui da noção de “fanático”, discutida por Oz (2017): quando alguém tenta tornar o outro conforme a seu desejo e liquida o que considera abominação, isto é, impossibilita a produção da diferença, o processo de diferir e outrar-se: “O fanático não quer que haja diferença entre as pessoas. Sua vontade é que sejamos todos como um só homem” (OZ, 2017, p. 33).

Nossa aposta é de que o discurso ou os enunciados de ódio agem como forma de dominação, extermínio, assujeitamento, em muitas frentes e desde miríades de agentes – humanos e máquinas-humanas, que produzem e são produzidas na agonística da episteme de uma época/de (nossa época, o presente) que pressupõe que para que alguns possam continuar existindo outrxs devem ser eliminadxs.

Podemos dizer assim que se articulam em uma “necropolítica”, como “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016, p. 146). As necropolíticas potencializam a produção de mundos de morte – de fazer morrer, apenas alguns deixar viver –, em que “vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos” (MBEMBE, 2016, p. 146), vidas abjetas.

O ódio como linguagem e, antes de tudo, como episteme, é produzido e viralizado on-line ininteruptamente, partilhado por sites de *Fakes News* ou notícias falsas, memes maliciosos, pacotes de envio de mensagem em massa, discursos proferidos por políticos que tornam as redes digitais colmeias de guerra semióticas – guerra essa que é também um desdobramento da crise de uma racionalidade político-econômica. Porém, essa razão de estado global(-localizada) ultraneoliberal efetivamente

não se produz sem contestação e observamos resistências múltiplas, insurgentes, especialmente em políticas e agenciamentos coletivos ditos contra hegemônicos ou de minorias.

Gallo (2016) pontua que estamos vivendo um esgarçamento das relações interpessoais em nossa sociedade, atravessadas por questões políticas, sobretudo as que envolvem políticas afirmativas, cujo um dos propósitos é diminuir desigualdades sociais cristalizadas a séculos. Contudo, lado a lado às políticas afirmativas, formam-se movimentos (ultra)neoconservadores que se posicionam contra os privilégios e as formas de exclusão, passando a atacar brutalmente a todos que se identificam com essas políticas de resistência e oposição, como se fossem enxames de abelhas ao serem exterminadas.

Ainda nesse fluxo, as abelhas (ou o sentimento de pertencimento a uma certa moral) dos movimentos (ultra)neoconservadores, tendo o cenário político-econômico-social caótico, e jogando ao seu favor, entram no campo da guerra discursiva e semiótica focando, acima de tudo, em questões voltadas à produção de pânico moral. Um exemplo bastante evidente tem sido percebido mundialmente em torno do argumento da ideologia de gênero, conforme apontado por Langnor (2017): são movimentos que mobilizam diversos segmentos em operações microfascistas, com o uso de múltiplas de linguagens – memes, vídeos, textos, áudios, site, gifs animados... e se estabelecem como fomento à argumentação em disputas legislativas e sociais mais amplas.

Apostamos que esse ódio contemporâneo decorre também do fato das normas de gênero e de sexualidade de nossa sociedade terem a heterossexualidade como referência, o modelo hegemônico e ideal a ser seguido, uma vez que é dada como natural e como universal e normal. Essas normas classificam e organizam como desviantes, anormais, excêntricos, diferentes, nocivos, estranhos ou abjetos todos aqueles sujeitos que são dissidentes da referência hegemônica, elas são promotoras da lgbtqi+fobia, calcificando um ideal de humano (POCAHY; OLIVEIRA; IMPERATORI, 2009). As normas de gênero e de sexualidade perpetuam a manutenção de certos privilégios para determinados grupos, que por sua vez gozam de um amplo acesso a direitos e privilégios. São grupos hegemônicos compostos por homens brancos, heterossexuais e cristãos que se sentem autorizados a restringir outras populações (LGBTQI+, mulheres, negros, pobres, índios, nordestinos) ao acesso à (micro)cidadanias cotidianas e se sentem no direito de representá-las em diversos espaços-tempos.

O Golpe de 2016 contra a democracia deixou evidente a atuação desses grupos hegemônicos em que “sexismo e misoginia participaram da construção de um ambiente político no qual uma mulher eleita foi contestada em sua competência e deposta”, conforme aponta Flávia Biroli (2018, p. 79).

Já Marielle Franco (2018) destaca que o Golpe de 2016 é um golpe dos homens branco, de direita e socialmente inseridos nas classes dominantes que crava alterações sociais significativas na esfera do poder do Estado e no imaginário popular, facetado por movimentos (ultra)neoconservadores, em escala global. É um período de nossa história onde “se ampliam as desigualdades, pelas retiradas de direitos de um lado, e por outro, a discriminação e a criminalização de jovens pobres e das mulheres, principalmente as mais pobres” (FRANCO, 2018, p. 118).

Nesse sentido, nosso contexto tem nos levado ao entendimento do qual as ambiências formativas de ódio operam por uma episteme que, por sua vez, permeia maneiras de habitar, colonizar e governar a si e o/a outro/a. Ao tencionarmos a episteme de ódio, focamos nossas análises em conjuntos de

relações entre práticas discursivas do nosso atual Estado de Exceção ultraneoliberal que são partilhadas por distintas redes que atuam, operacionalizam e articulam suas práticas contra todxs aqueles que não se enquadram à matriz hegemônica-normativa de gênero, sexualidade, classe, raça, articulada a outros marcadores sociais.

É uma episteme facilmente apre(e)ndida por muitas pessoas. Essas epistemes (de)formam vidas, levando-as a agir na direção da normopatia. Porém, são também resignificadas e reconstruídas, num fluxo contínuo, não-linear e em rede. Como afirma Foucault (2017b), os sujeitos são interpelados/as por formas de governo, mas igualmente governam a si mesmo/as nesse jogo. Sujeitando-se a uma determinada formação moral ou subjetivando-se em uma atitude de resistência, produzindo fugas, lançando-se em linhas de fuga, produzindo linhas...

Ao manifestarem seus ódios, as abelhas operárias incorporam entendimentos de mundo dos quais x outrx é visto como um ser ameaçador, que deve ser combatido, aniquilado, ferroadado, exterminado. Entendemos também que essas abelhas que partilham das epistemes das ambiências de ódio não são idiotas culturais, muito menos ignorantes, burras ou sem noção, elas fizeram uma escolha baseada nas condições de possibilidade, muitas vezes sendo capturadas por privilégios.

Nosso cenário além de promover ideias e produções de Estado de Exceção a mando de exigências e das abelhas rainhas fascistas ultraneoliberais (não necessariamente personificadas, mas sendo representantes desse discurso) e contra a todos os seus inimigos (as diferenças), faz escolhas para salvar vidas, mas só as que vão ao encontro de seus interesses e lhes convém. E vem sendo marcado por políticas e práticas de segurança pública que visam ataques às autoridades defensoras de direitos humanos, como ocorreu em 2018 com o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e com intervenções federais.

2 ÉTICA-ESTÉTICA-POLÍTICA DO/COM OS COTIDIANOS: CARTOGRAFIAS CIBERCULTURAIS

Nesta cartografia cibercultural, partimos de mapeamentos de fluxos de acontecimentos, práticas e experimentações que compõem a ambiência da guerra de ódio à diferença de nosso tempo. Para isso, produzimos linhas de problematizações (linhas da cartografia, do mapa) a partir de rastros na arquitetura líquida da cibercultura em resíduos semióticos/enunciativos – em reportagens, entrevistas, vídeos, imagens, mobilizações, artigos científicos e não científicos, páginas e grupos de redes sociais. Com base nesses rastros, traçamos nossas leituras/afecções-cartográficas sobre as ambiências (de)formativas que servem de incubadora para promoção de atos de ódio contra todxs aqueles interpeladxs como diferentes.

Os traçados desta cartografia partem das relações de saber-poder que a todo instante reconfiguram nossas formas de ver, sentir-se e afetar-se pelos jogos da guerra de ódio na rede. São traçados incompletos, pontilhados, tortos, reescritos diversas vezes, complexos, irredutíveis uns aos outros e desdobram-se em múltiplas maneiras de conhecer. São traçados que se cruzam, se entrelaçam, emaranham-se, produtores de sentidos e de significados, traçados que nos atravessam e nos fazem refletir sobre nós mesmos ao passo que nos transformam.

Nos traçados desta cartografia, lançamos mão de ferramentas conceituas foucaultianas (2008; 2013), tais como enunciado e discurso, pois a composição daquele, pressupõe a circulação desse (enunciados). Entendemos que acompanhar essa composição nos permite analisar a propagação de práticas odiosas fascistas e os seus desdobramentos na vida cotidiana cibercultural.

A discussão que argumentamos aqui sobre enunciado não é aquela da análise da linguística (proposição) ou gramatical (frase), mas do ponto de vista da sua condição de existência a partir de determinadas formulações. Enunciado que não se reporta a um âmbito fundador, todavia apenas a outros enunciados para mostrar suas correlações, conexões, rupturas, exclusões e situa-se dentro de nível específico de descrição, “como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; um átomo do discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 90).

Já o discurso não é só apenas aquilo que é utilizado e se traduz em lutas e sistemas de dominação, mas também por aquilo que se luta e pelo poder do qual queremos nos apoderar, potencializando a produção de um sujeito ideal e imaginário social, é composto e atravessado por uma episteme de um determinado espaço-tempo e que, por exemplo, vem sendo constituído por múltiplas performances verbais e imagéticas na contemporaneidade em rede – práticas discursivas e não-discursivas.

O discurso refere-se também ao “conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (FOUCAULT, 2008, p. 122). Ainda nessa direção, destacamos que produção do discurso em nossa sociedade é: “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2013, p. 8-9).

Na presente cartografia cibercultural, entendemos que esse mapeamento processual é um gesto político, epistemológico, reflexivo e crítico, gesto esse que exige dx pesquisadorx tomadas de posição e análises aprofundadas da complexidade de seu tempo. Nesse sentido, esta cartografia opera com os fluxos emergentes e descentralizados em ambiências ciberculturais que nos mobilizam em conexões e deslocamentos que fraturam com a sensibilidade da vida, com as relações partilhadas de afetos de si, com x outrx e com a ampliação da liberdade da existência.

São fraturas que tornam o ar ao nosso redor irrespirável e a atmosfera poluída por discursos odiosos. Fraturas que adoecem corpos e transformam a saúde mental de quase todo o tecido social em estado de putrefação. Estamos nos referindo em todas aquelas práticas que faturam com a ética, que na perspectiva foucaultiana é também estética-político e que de certo modo vêm contribuindo na produção de determinados tipos de sujeitos.

Ao mergulhar no estudo das práticas greco-romanas da Antiguidade, Foucault (2006; 2017a) desenvolve a ideia de ética como a condução de si, exercício de si sobre si e do conhecimento de si a partir de reflexões e práticas de si perante a regramentos e valores morais, que se desdobrariam num modo de ser no qual o sujeito é um espalho da pólis, constituindo-se em sujeito da moral, da ética ou da *etho-poiética*.

Foucault destaca que há distintas formas de elaboração do trabalho ético que se operacionaliza sobre si mesmo, “não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a uma regra dada, mas também para transforma a si mesmo em sujeito da moral de sua própria conduta” (2017, p. 34).

É uma ética voltada para as práticas de si e dos domínios de si que dão sentido e forma à construção da estilística da vida, das artes de si, isto é: a estética da existência (FOUCAULT, 2006).

Estética na qual a vida é vista como uma obra de arte, é esculpida por meio do cuidado de si e toma forma a partir das relações que se estabelecem com si e com x outx – algo que se pode afirmar nos termos de uma reflexividade ética, na análise que cada um/a faz diante de um determinado contingenciamento/código moral. Gallo (2012), seguindo o rastro foucaultiano, fala em ética como uma estética da existência, em que damos formas à vida, criando um estilo, trata-se de encarar a vida como matéria-prima onde vamos imprimindo as formas, uma forma de viver, nos esculpimos, um estilo próprio de ser, viver e habitar.

A discussão não se esgota na questão ética-estética da existência, mas aprofunda para o político. Ao discorrer sobre a ética grega dos prazeres, os usos dos prazeres e as técnicas de si, Foucault (2006; 2017a) destaca que “a ética é a prática refletida da liberdade”, isto é, “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida pela liberdade” (FOUCAULT, 2006, p. 267). Liberdade essa que, para os gregos-romanos, significa não escravidão, não ser escravo de si e nem de outro homem, trata-se de uma questão do político, da liberdade como um cuidado de si e com a pólis, da liberdade como um modo de se comportar em relação aos outros.

Para esta cartografia, tecemos ainda interlocuções com Filho e Tati (2013) e Rolnik (2016), uma vez que as ideias dessxs autorxs nos permitem aproximações entre a noção de ética como afeção de mundo/no mundo/com o mundo. Para Filho e Teti (2013), o trabalho cartográfico não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa. Mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar-sentir-fazer crítico que acompanha e descreve relações, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência, ao mesmo instante em que modifica o próprio sujeito em movimenta-se entre os fluxos do desejo-política-cultura-conhecimento.

Ronilk (2016) aposta na ideia da qual o cartógrafo é uma sorte de antropófago, pois está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias – serve-se de fontes das mais variadas e não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo: “O que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer as suas travessias: pontes de linguagem” (RONILK, 2016, p. 66).

A partir de nossas movimentações cartográficas trouxemos para as análises na Seção a seguir os rastros de como a nossa vida cotidiana é constituída por complexas redes, em que (de)formam, afetam e levam a agir grupos de abelhas a odiar pessoas que não se enquadram às (heterocis)normas hegemônicas.

3 TRAÇADOS CARTOGRÁFICOS DOS ATAQUES DAS ABELHAS: COLMEIAS EM REDE PARA A PROMOÇÃO DO ÓDIO À DIFERENÇA

Os traçados de nossa cartografia acompanham desdobramentos de fragmentos que compõem a ambiência das redes (de)formativas para o ódio em nosso cenário. Os primeiros que destacamos são

referentes à colmeia da política, sobretudo os fortes discursos propagados pelos deputados federais votantes a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em abril de 2016, conforme expostos a seguir:

Eu, junto com meus filhos e minha esposa que formamos a família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que crianças troquem de sexo e aprendam sexo nas escolas com seis anos de idade, meu voto é sim! – Deputado federal e delegado Éder Mauro (PSD-PA). Fonte: Revista Época, 2016.

Pela família! Pelos meus filhos, [...], pela minha esposa, pelos meus pais, pelo estado de Goiás, pelo futuro do Brasil, eu digo sim! – Deputado federal Fabio Souza (PSDB-GO). Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos da Casa: parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964, perderam agora em 2016. **Pela família e pela inocência das crianças em salas de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade. Pela memória do Col. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias do Sul, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de tudo,** meu voto é sim! – Deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Fonte: Revista Época, 2016.

Com a ajuda de Deus, pela minha família e o povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem pra Rua [...] Eu voto sim! – Deputado federal e pastor-presidente da Igreja Assembleia de Deus Marco Feliciano (PSC- SP). Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

Por meio desses discursos proferidos pelos deputados, delineamos alguns traços de nosso mapa dos fluxos enunciativos que compõe essa trama discursiva: o primeiro é que esses enunciados reverberam em distintos espaços-tempos, por diversos meios de comunicação, páginas, grupos e usuárixs on-line. São enunciados que engordam discursos que se entranham no imaginário social, são incorporados nas práticas diárias, produzem realidades, normas regulatórias e subjetividades, traçando assim linhas invisíveis de modelos a serem seguidos e partilhados culturalmente.

São discursos que se expandem, ganham capilaridade e servem de fonte para calcificar um modelo a ser perpetuado de família, sexualidade, posicionamento político, moral, ordem, religião, jogo (nada)democrático. Um ideal de abelhas, conforme o desejo da colmeia.

Pensar nessas redes de enunciados é traçar suas expansões em múltiplas redes e problematizar as tensões que a liberação da palavra trouxe para as práticas ciber culturais hoje, uma vez que tem potencializado a produção de discursos e agitado as colmeias de movimentos (ultra)neoconversadores, dos quais tentam capturar, governar e ensinar corpos a cultura para o ódio à diferença em nossa sociedade.

Ademais, a liberação da palavra, mais do que possibilitar a comunicação interativa ou pós-massiva e na relação horizontal todxs-todxs, possibilitou também que práticas antiéticas e extremistas emergissem, sobretudo com a retomada da extrema direita ao poder.

Já o outro traçado cartográfico diz respeito à liberdade, ou “pela nossa liberdade” - Jair Bolsonaro (2016), isto é, liberdades de privilégios para determinados grupos e privação para outros grupos. Liberdade essa que cerceia pessoas de exercerem suas próprias liberdades como cidadãs: liberdades de si. É um ideal de liberdade que opera por linhas (heterocis)normativas rígidas, nas quais qualquer fuga ou desvio é visto não somente como uma infração, mas também como limitação do exercício da cidadania. Trata-se, na verdade, de uma liberdade privilegiada que é gozada principalmente por homens brancos, heterossexuais, cristãos e de classe média.

Os traçados da liberdade privilegiada são opostos à prática de liberdade ou liberdade reflexiva, problematiza por Foucault (2006; 2017a), pois eles rompem com a ética-estética-político da existência, é uma liberdade que autoriza a letalização da diferença – isto é, torna-se passível de letalidade o processo de diferir e ali onde a diferença é marcada, ela se torna alvo de investimento de fluxos expandidos de violência e morte. Não há cuidado de si, nem com x outrx e nem com a pólis.

É uma ideia de liberdade que camufla uma visão e prática de vida autoritária, fascista. Além disso, é uma liberdade exclusivamente para si, egoísta, individualista, na qual a coletividade não importa, não há x outrx, somente a si. É, portanto, uma liberdade pensada e praticada por/para si e pela dilatação de seus próprios privilégios.

Os traçados cartográficos dos discursos expandidos e da liberdade privilegiada contribuem para visibilizar como opera a produção do sujeito padrão, ideal, modelo, privilegiado, ‘puro’, por meio das (heterocis)normas. Sujeito que não é LGBTI+, negrx, nordetinx, faveladx, mulher... Todavia, a produção desse sujeito ideal nunca é concluída por completa, rupturas e escapes as (heterocis)normas **são constantes, o que por outro lado contribuem para a produção de novas (heterocis)normatizações**, desdobrando-se na fabricação de novas e emergentes subjetividades.

Por meio desses traçados é possível notar como os discursos dos deputados são marcados em episteme misógina, sexista, machista, LBGTI+fóbica, contra à constituição de múltiplos arranjos familiares e de crenças. É uma episteme voltada à promoção da guerra partilhada de ódio, que (de)forma pessoas e que se desdobra em violência online, verbal, física, psicológica...

Esses traçados dos discursos expandidos e da liberdade privilegiada vão ao encontro das críticas que Birole (2018, p. 80) faz em relação ao golpe de 2016, para quem é um golpe sexista, misógino, machista, voltado para o discurso de ódio, onde seus algozes lutam para perpetuar seus privilégios, em nome da família tradicional – homem, mulher e filhxs –, da manutenção da heterossexualidade como referência, contra à suposta ideologia de gênero e em nome de Deus:

Ao manifestarem seu voto, os parlamentares favoráveis à deposição defenderam repetidamente a “família tradicional”, modo de organização historicamente desvantajoso para as mulheres. O modelo de família que, para os parlamentares, permitiria um retorno a uma ordem desejada tem sido historicamente reduzido de violência e da exploração, expondo as expecta-

tivas de gênero em jogo. O discurso de ódio também esteve presente, na homenagem de um deputado ao torturador de Rousseff, que foi prisioneira política durante a ditadura de 1964.

Atreladas com essas redes (de)formativas da colmeia da política, trouxemos as redes (de) formativas de movimentos sociais antidemocráticos e ultraconservadores, como o Movimento Brasil Livre, conhecido como MBL, uma vez que está alinhado com os discursos dos deputados federais votantes a favor do impeachment de Rousseff e em ações colaborativas de ferroadas em rede. Destacamos, como exemplo, a exposição do “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” ocorrida em 2017 no Santander Cultural de Porto Alegre, exposição que foi acusada pelo MBL de promover “blasfêmia contra símbolos católicos” e até pedofilia (LONGO, 2017).

Nessa mesma ocasião, tanto o deputado federal Marcos Feliciano (BALLOUSSIER, 2017) quanto o deputado federal Jair Bolsonaro (TV-Verdade, 2017) se posicionaram contra à exposição, inclusive Bolsonaro ressalta que o seu criador deveria ser fuzilado pelo fato de fazer mal às crianças. Esses ataques contribuíram para o cancelamento da exposição em 2017, contudo, a exposição foi reaberta ao público em 2018 no Parque Laje/ RJ.

Já num outro cenário, no evento “Os fins da democracia” promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC) Pompeia de São Paulo em 2017, as mesmas abelhas e colmeias entram em cena para promover ataques de ódio contra pesquisadores da área de estudos gênero e sexualidade. Por meio de um vídeo publicado em sua página pessoal no Facebook, o deputado federal Marcos Feliciano (2017) ataca as palestrantes do evento, focando principalmente na filósofa Judith Butler, a qual o deputado-pastor a demoniza como criadora da ideologia de gênero e se refere ao evento como “uma autêntica miscelânea do mal”.

O MBL, conforme destacam os sites de notícias Revista Fórum, Diário do Centro do Mundo e Huffpost Brasil (2017), promoveu ferroadas para impedir a palestra de Butler nesse mesmo evento, os convites para os ataques foram realizados por meio de convocações de seguidorxs on-line, principalmente para avaliar negativamente a página on-line do evento, como fizeram com as páginas no Facebook que promoviam a exposição do Queermuseu.

Foi criada, também, uma petição on-line, solicitando o cancelamento da palestra de Butler, 373.240 pessoas assinaram esta petição, um dos trechos da petição destaca que: “Não podemos permitir que a promotora dessa ideologia nefasta promova em nosso país suas ideias absurdas, que têm por objetivo acelerar o processo de corrupção e fragmentação da sociedade” (PETIÇÃO ON-LINE, 2017).

O evento “O fim da democracia” chamou à atenção de muitas pessoas, mobilizando várias delas ao local onde ocorrera a palestra de Butler e de demais convidadxs. No local, foram propagados diversos discursos protestando contra ao imperialismo da ideologia de gênero, muitos deles acalorados e de viés fascista, dos tipos:

“Fora, Butler!”

“Queima, bruxa”

“Não! Não! A essa ideologia”

“Não é o Brasil que vai aceitar que menino nasce menina! Menino nasce menino! Menina nasce menina!” (GONÇALVES, 2017).

A partir desses exemplos com a arte no “Queermuseo” e com a ciência no caso da Judith Butler e demais pesquisadorxs, afirmamos que as ações desses grupos de abelhas são semelhantes à de uma patrulha. Porém, não é qualquer patrulha, é uma horda/ ou grupelho letalizadora, a qual é esculpida à base do medo, insensibilidade, hostilidade, indiferença, ódio, raiva, violência, picadas tóxicas. Mas não só, como também por práticas moralizadoras da vida cotidiana e pelo apagamento de culturas, do conhecimento científico, da dignidade humana entre outros que tanto esses grupos desejam.

Esses traçados da patrulha letalizadora aproximam-se da discussão que Oz (2017) faz em relação ao fanatismo ao outro, para quem é um fanatismo que “às vezes surge do desejo ardente de viver a própria vida por intermédio do modo de vida de outra pessoa”. Poderíamos dizer assim de um fanatismo odioso que, além de desejar x outrx, demarca seus territórios sem o comprometimento ético de si e com x outrx; expande as suas latitudes e longitudes por meio do culto ao ódio e à regulação às diferenças; produz restrições; e intimida pessoas e instituições democráticas.

É importante problematizar que a patrulha letalizadora, em nossas apostas, promove, também, o pânico moral, isto é, aquilo que para Langnor (2017) se configura por meio de disputas sobre os valores sexuais e condutas eróticas de um grupo social, e que surge de forma intensa e perigosa a partir de uma desestabilização política em um determinado momento histórico.

Nessa mesma direção, apontamos que a articulação de grupos fundamentalistas religiosos e (ultra)neoconservadores que propagam o pânico moral têm como alvos, principalmente, a produção acadêmica, os movimentos sociais, os projetos de lei de políticas afirmativas, escolas, universidades e os sujeitos que defendem igualdade de gênero, respeito à diversidade, direitos humanos. As atuações desses grupos de abelhas trata-se de uma neocruzada religiosa, política e econômica que assume princípios fascistas.

Por outro lado, é interessante analisar os rastros dos voos da patrulha letalizadora, rastros que deixam evidente as ações dos ataques de forma colaborativa, em rede, por múltiplos formatos e frentes de atuação: petição on-line; vídeos ao vivo em páginas pessoais; ataques a páginas pelo Facebook; convocação para manifestações em eventos... Esses traçados da patrulha necropolítica nos ajudam a pensar como esses grupos produzem estilísticas de existências onde são esculpidas monstruosidades, a destruição de afetos amorosos e solidários e, em casos extremos, a aniquilação dx outrx.

É uma antiestética da sensibilidade da vida cotidiana ou se possível em pensar uma estética da destruição. Que nada tem a ver com a ética-estética defendida por Gallo (2012 p. 97), para quem “dar forma à vida é a tarefa da ética que nos compete como seres humanos”, uma vez que “somos livres para fazer de nossas vidas uma obra de arte. Instaurar a beleza com todas as suas formas”.

Junto com essas primeiras redes de colmeias, trouxemos fragmentos referentes à música, dado que estão em sintonia com epistemes que pensam de forma aproximadas a regulação, o controle e a conduta do corpo dx outrx, principalmente do corpo feminino:

Figuras 1 e 2 – Letras de música

Fonte: Sul 21 (12 mar. 2018)

As imagens expostas são um desdobramento da campanha *Música: Uma Construção de Gênero* promovida pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPOM) da prefeitura de São Leopoldo. A campanha denuncia o machismo, feminicídio, cultura do estupro e violência contra a mulher presentes nas letras de músicas famosas. As imagens foram publicadas na página da SEPOM no Facebook no dia 8 de março de 2018 – Dia Internacional da Mulher – e teve um total de 4.704 curtidas.

Os trechos dessas músicas em tela expõem não só o desejo de governar o corpo feminino como é, antes de tudo, uma apologia à violência contra à existência da mulher e um modo de marcá-la como um objeto, um brinquedo, um ser menor, sujeita sem direitos que só serve para obedecer ao desejo do homem.

Esses trechos das músicas dão formas ao traçado que visa dominar a vida das mulheres, dominação essa que acontece por meio de múltiplos enquadramentos que tomam o sexo como um dos ideais regulatórios, isto é, do sexo como “uma das normas pelas quais alguém simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BULTER, 2016, p. 155). No caso das músicas, a inteligibilidade da qual a vida da mulher só é possível de ser vivida se for àquela onde ela é reconhecida como assujeitada ou submissa ao homem.

Por meio dos trechos dessas músicas destacamos que essas linhas enunciativas que operam em seleções diferenciando vidas, quais vidas valem à pena viver e quais vidas não valem à pena viver. São seleções que ceifam corpos, transformam vidas em mercadorias, produtos, negócios. Seleções que visam ratificar a “dita superioridade” do sexo masculino sobre o sexo feminino, enxergando a mulher como sexo frágil e, por conta disso, precisa de alguém para cuidar, tutelar, resguardar a sua vida.

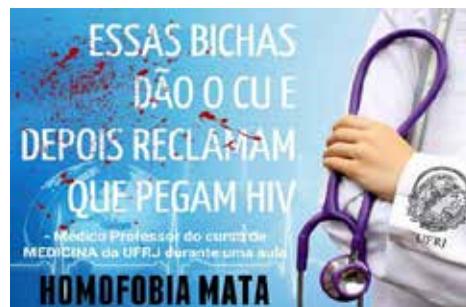
Com essa reflexão destacamos algumas de nossas apostas, os enquadramentos regulatórios do sexo, especialmente todos aqueles enquadramentos que se movimentam pela precariedade da vida, restringindo assim determinadas existências de gozarem seus direitos e garantias constitucionais fundamentais e de terem amplo acesso à cidadania. Precariedade, que nas apostas de Butler (2016, p. 34), “designa essa condição politicamente induzida em que certas populações sofrem por conta de redes insuficientes de apoio [...] e se tornam diferencialmente expostas à injúria, violência e morte”.

Precariedade que vem dizimando a vida de milhares de mulheres em diversas regiões do mundo e em nosso país. Nesse sentido, o aprendizado pelo som que é escutado diariamente por múltiplos meios, como por exemplo *YouTube* e *webrádios* – meios em rede que potencializam nos homens-zangões a arte da dominação, da violência, a misoginia... o ódio contra às mulheres.

Uma outra linha/fluxo que acompanhamos é referente às ambiências (de)formativas da educação, em que deslocamos nossas problematizações para a questão da LGBTI+fobia em sala de aula, a partir de uma publicação (AMORIM, 2018) de um ex-aluno do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde relata experiências vividas de homofobia durante o seu processo formativo no curso. O relato teve 36 mil reações por meio de *emoticon*: 22 mil curtidas, 10 mil amei; 3,7 mil tristezas; 243 assustados; 55 raiva; e 11 sorrindo; e contou também com 3,3 mil comentários e 8,6 mil compartilhamentos.

Alguns dos trechos do relato do ex-aluno da Medicina foram destacados e partilhados pela página do Facebook “Tem local”, que é uma página de mapeamento nacional de LGBTI+fobia, e teve 1.100 reações de *emoticon*: 529 de raiva; 296 curtidas; 272 de tristeza; 22 de assustado; 3 amei; 3 sorrindo; 125 comentários; e 1,455 mil compartilhamentos.

Figuras 3 e 4 – trechos do relato de experiências homofóbicas



Fonte: Página Facebook Tem Local (2 abr. 2018)

Por meio das publicações do relato do ex-aluno, da página do Facebook Tem Local e seus desdobramentos na rede com reações em *emoticon*, partilhas e comentários, destacamos como a heterocisnormatividade se (re)produz fortemente em nossa sociedade, sendo inclusive uma marca dela – presente nos espaços educativos formais, como é o caso da universidade. Essa norma, que muitas vezes potencializa práticas de ódio é um fragmento de um modelo de sociedade que ataca e mata todos os dias cidadãxs LGBTI+, modelo que autoriza a prática de extermínio da diferença.

Com base nessa experiência, argumentamos que as pessoas na vida cotidiana se sentem autorizadas a dizer o que pensam e a praticarem o que quiserem, sem se importarem com o compromisso ético com x outrx. Essa autorização nada mais é que uma manifestação e prática arbitrária, é operada diretamente também pelos status que ratifica o regime da heterossexualidade como superior, normal e natural, onde muitas pessoas se sentem no ‘direito’ em desqualificar as diferenças, inferiorizá-las, vê-las como anormais.

Esse traçado da autorização é antiético, cruel, desumano e deixa explícito como as sexualidades dissidentes sofrem constantes agressões (verbais, físicas, psicológicas e on-line) por não se enquadrarem na matriz dominante heterossexual, que 'serve' como referência, padrão, norma, exemplo... Logo, todxs aquelxs dissidentes ao modelo são marcados como infratorxs, pecadorxs, depravadxs, doentes, desestruturadxs e por conta disso devem sofrer penalidades, passar por exemplo por pseudoterapias de reversão da sexualidade, serem reabilitadxs.

As análises apontadas até aqui destacam o jogo produzido na arena da política paramentar, com os traçados dos discursos expandidos e traçados da liberdade privilegiada; nas atuações de movimentos sociais (ultra)neoconservadores, com o traçado da patrulha letalizadora; na música, com o traçado dominador de vida das mulheres; e na educação, com o traçado da autorização contribuem para o entendimento de nosso contexto atual, que é fortemente marcado por práticas que rompem com a ética-estética-política da existência e, sobretudo, constituído por necropolíticas fascistas.

Ainda nessa direção, podemos dizer que esses traçados analisados dão-se em rede, como práticas ciberculturais que compõem o hoje, em ambiências híbridas formativas (RIBEIRO; SANTOS; CARVALHO, 2018), onde a todo momento pessoas estão sendo (de)formadas, formação essa que exige tomadas de posições, se possível contra x outrx e a favor do desejo de si.

Destacamos, ainda, que os traçados que problematizamos aqui não são fixos, estáveis, permanentes, impermeáveis. Pelo contrário, são traçados que estão em constante mudança, são rompidos, reconfigurados, descentralizados, flexíveis e tomam distintas formas a partir dos jogos cotidianos, abertos à resignificação. Esses traçados são práticas potentes para a promoção do ódio em múltiplas interfaces de nossa sociedade: arte, redes sociais digitais, universidades, escolas, empresas, coletivos diversos, política, espaços públicos..., nos ajudam a pensar como aprendemos e somos ensinados a letalizar as diferenças e também como somos levados a impor nossos desejos na vida dxs outrxs.

Portanto, os traçados aqui analisados são fontes fecundas para compreender por onde e como atuam as colmeias desejanças fascistas. E salientamos que essas questões um dia poderão se voltar contra xs destruidorxs da est(é)tica da existência, assim como ocorreu com todxs aquelxs que votavam a favor dos ataques ao outro por meio das abelhas no episódio Odiados pela nação/*Hated in the nation* do *Black Mirror*.

4 NOTAS (IN)CONCLUSAS PARA ABRIR NOVAS CONEXÕES...

Nesta pesquisa cartográfica na/com a cibercultura, mapeamos reportagens, entrevistas, vídeos, imagens, mobilizações, artigos científicos e não científicos, páginas e grupos de redes sociais e, a partir disto, traçamos algumas das práticas de ódio que habitam em nós, destacando como atuam as suas epistemes fascistas e como estas constituem-se em ambiências híbridas (de)formativas produzidas discursivamente.

Nesta experimentação, buscamos nos aproximar das ideias discutidas por Filho e Teti (2013) e Rolnik (2016), sobretudo quando essxs autorxs destacam que o fazer cartográfico exige dxs cartógrafxs sentir o campo, imergir nele, deixar ser atravessado por ele e vivenciá-lo, a partir de uma intensa reflexividade ética.

Como desdobramentos desta pesquisa traçamos o seguinte mapeamento:

- Odiar x outrx nos é ensinado-aprendido em múltiplos espaços-tempos e por variadas nuances dos (micro)discursos cotidianos, que por sua vez ratificam um ideal de sociedade, sem cessar;
- O conjunto de discursos propagados revela o quão a nossa política é constituída historicamente e socialmente em experimentações em que as diferenças devem ser invisibilizadas, negadas, eliminadas... letalizadas;
- Os jogos das práticas cotidianas estão constantemente em estado de prontidão para a guerra ou mais que isso, para aniquilação, onde qualquer pessoa pode tornar-se a próxima vítima dos ataques das abelhas, inclusive participando da colmeia;
- O desejo de querer governar x outrx e que essx outrx não é um problema em si, no entanto, essa relação deve ser pensada-vivida com o menor grau de dominação possível;
- A antiética-estética-política da existência dos traçados cartográficos aqui expostos está voltada à destruição de todos aquelxs que não se enquadram as normas socialmente ditas 'aceitas', isto é as (heterocis)normas hegemônicas do homem branco, cristão, classe média e que goza de um amplo acesso à cidadania, vulgo "homem de bem";
- A liberdade dos corpos está sobre rígidos processos de vigilância, de controle e de enquadramentos, a captura desses corpos é um alvo sempre a ser prosseguido, principalmente por colmeias de viés fascistas.

Os traçados mapeados nesta cartografia estão situados em uma rede cibercultural de práticas; mas não é qualquer prática, esta é constituída discursivamente, na qual é composta por "regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram [...] as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Por fim, destacamos também que os traçados analisados se articulam ao episódio Odiados pela nação/*Hated in the nation*, dado que todo ato odioso é situado culturalmente, prática de um povo, da política econômica, psicológica e social. Isso nos possibilitou o entendimento da atuação de diversos grupos e práticas contra as diferenças, seja na rede e/ou em manifestações nas ruas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, G. H. Relato de uma bixa carbonizada. **Facebook**, 28 de março de 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/Gustavo.hoa/posts/10213532953417062?__tn__=K-R. Acesso em: 11 mar. 2019.

BALLOUSSIER, A. V. Ministros e deputados batem boca sobre "Queermuseu" e "MAM". **Folha de São Paulo**, 18/10/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1928228-ministro-e-deputados-batem-boca-em-audiencia-sobre-queermuseu-e-mam.shtml>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CASTRO, G. Patrulha do MBL, agora, ataca o Sesc Pompeia por evento com Judith Butler. **Huffpost Brasil**, 27 de outubro de 2017. Disponível: https://www.huffpostbrasil.com/2017/10/27/patrulha-do-mbl-agora-ataca-o-sesc-pompeia-por-evento-com-judith-butler_a_23258770/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BIROLI, F. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. *In*: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 75-84.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. *In*: COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 19-42.

Eles não desistem: Frota e MBL querem impedir palestra da filósofa Judith Butler em São Paulo. **Revista Fórum**, 31 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/eles-nao-desistem-frota-e-mbl-querem-impedir-palestra-da-filosofa-judith-butler-em-sao-paulo/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

FELICIANO, M. Vamos avaliar negativamente a página do SESC. Facebook, 27 de outubro de 2017, online. Disponível: <https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/videos/1148665788606772/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

FILHO; K. P.; TETI, M. M. A cartografia como método para ciência humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, M. Ética do cuidado de si como prática de liberdade. **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense editora, 2006.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III**: O cuidado de si. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Collège* de France, pronunciada em 2 de dezembro. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FRANCO, M. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. *In*: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018, p. 117-126.

GALLO, S. O desejo deseja sua própria repressão: traços de uma educação fascista. /n: KOHAN, W. O.; LOPES, S. W.; MARTINS, F. F. R. (Org.). **O ato de educar em uma língua ainda por ser escrita**. 3. ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2016.

GALLO, S. **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia: elementos para o ensino de filosofia. 20. Ed. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2012.

GONÇALVES, J. Queimem a bruxa! Visita de Judith Butler provoca manifestações nas ruas de São Paulo. **The Intercept**, 7 de novembro de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/11/07/judith-butler-bruxa-manifestacoes-sao-paulo-ideologia-genero/>. Acesso em: 7 nov. 2017.

GUATTARI, F. **A revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

JORDÃO, F. UFRGS aciona Polícia Federal após ameaça de ataque 'semelhante' a Suzano. **Correio Braziliense**, 20 de março de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/20/interna-brasil,744206/ufrgs-aciona-policia-federal-apos-ameaca-de-ataque-semelhante-a-suzano.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2019.

LANGNOR, C. Os efeitos do pânico moral sobre o movimento feminista: ecos em direção à agenda conservadora. In: Encontro Nacional de Pós-graduação em Educação/ANPED, 38º Reunião Anual. **Anais** São Luís: Maranhão, 2017, p. 01-16.

LONGO, I. Tempos sombrios: Após protestos do MBL, mostra com temática LGBT é cancelada. **Revista Fórum**, 17/09/2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/tempos-sombrios-apos-protestos-do-mbl-mostra-com-tematica-lgbt-e-cancelada/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

MBRMBE, Achille. Necropolíticas. **Arte & Ensaios/Revista do ppgav/eba/ufrrj**, n. 32, dezembro 2016.

OZ, A. **Mais de uma luz**: Fanatismo, fé e convivência no século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Patrulha do MBL quer impedir palestra de filósofa americana em SP. **Diário do Centro do Mundo**, 28 outubro de 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/patrulha-do-mbl-quer-impedir-palestra-de-filosofa-americana-em-sp/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PETIÇÃO ON-LINE. Cancelamento da palestra de Judith Butler no SESC Pompeia. **Citizengo**, 26 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.citizengo.org/pt-pt/node/108060>. Acesso em: 11 mar. 2019.

POCAHY, F.; OLIVEIRA, R.; IMPERATORI, T. Cores e dores do preconceito: entre o boxe e o balé. *In*: LIONCO, T.; DINIZ, D. **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres - EdUnB, 2009. p. 115-132.

POCAHY, F. A. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. **Revista Ñanduty**, v. 6, p. 9-22, 2018.

POCAHY, F. A. Políticas públicas como políticas de subjetivação: direitos humanos e paixão pelo devir. *In*: ROCHA, M. A. (Org.). **Coleção Outros Olhares** - Direitos humanos, sociedade e política. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 77-84.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

Rolnik, S. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In Daniel Lins (Org.). **Cultura e subjetividade**: Saberes Nômades. Campinas, SP: Papirus, 1997. p.19-24.

RIBEIRO, M. R. F.; CARVALHO, F. S. P.; SANTOS, R. Ambiências híbridas-formativas na educação online: desafios e potencialidades em tempos de cibercultura. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2018.

SEPOM - Secretaria de Políticas Para Mulheres. Femicídio e impunidade. **Facebook**, 8 de março de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/sepomsl/photos/a.657053277732597/1425977564173494/?type=3&permPage=1>. Acesso em: 11 mar. 2019.

TEIXEIRA, Z. E. As pérolas do domingo de votação na Câmara: A votação para o processo de impeachment na Câmara reuniu algumas das melhores frases do ano na política. **Revista Época**, 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/perolas-do-domingo-de-votacao-na-camara.html>. Acesso em: 14 mar. 2018.

TV Verdade. Bolsonaro diz que “tem que fuzilar” quem fez a exposição Queermuseu. **YouTube**, 15 set. 2017, 59s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=87lpZzgG38g>. Acesso em: 16 mar. 2018.

TEM LOCAL. Homofobia na faculdade de Medicina da UFRJ denunciada por um aluno. **Facebook**, 30 de março de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/temlocal/posts/786937764838572>. Acesso em: 11 mar. 2019.

Veja frases dos deputados durante a votação do impeachment. **Folha de São Paulo**, 17 de abril de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2018.

Recebido em: 30 de Outubro de 2019

Avaliado em: 5 de Novembro de 2019

Aceito em: 10 de Novembro de 2019



A autenticidade
desse artigo pode ser
conferida no site
<https://periodicos.set.edu.br>

1. Afiliação institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/Universidad Complutense de Madrid – UCM. O pesquisador conta com o financiamento da seguinte Agência: Faperj. E-mail: felipesilvaponte@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7398-6171>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8539464540238508>

2. Afiliação institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/Universidad Complutense de Madrid – UCM. O pesquisador conta com o financiamento das seguintes Agências: CAPES Print; CNPQ-Edital Universal; e JCNE-FAPERJ E-mail: fernando.pocahy@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7884-4647> Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0341333007755425>



Este artigo é licenciado na modalidade
acesso abertosob a Atribuição-Compartilha
Igual CC BY-SA

